


**Documentação**  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: OESP  
 Data: 14/8/95 Pg A-2  
 Class.: AZER0050

ROBERTO PARANHOS DO RIO BRANCO

## A mal amada Amazônia

**A** Associação dos Empresários da Amazônia existe há 27 anos e há pelo menos mais de 20 temos levado propostas de zoneamento da Amazônia Legal ao governo federal.

Nunca houve vontade política para que algo fosse feito.

Ao final do governo do presidente Sarney, o Brasil viu-se diante de uma fortíssima pressão internacional com relação à questão ecológica, centrando a atenção mundial na ocupação da Amazônia, transformando-se até numa questão de soberania nacional. Nesse período já se discutia sobre o Projeto Calha Norte e as questões fronteiriças.

Os países vizinhos que detêm 40% daquele território e podem poluir nossos rios amazônicos, já que a maioria de suas nascentes lá está, estiveram quase ausentes dessa intensa e negativa campanha internacional contra nosso país.

Passamos a sofrer injustos e exagerados bloqueios e boicotes econômicos internacionais. Muitos produtos que nem eram produzidos na Amazônia, ante as constantes guerras comerciais, foram proibidos de ser comercializados. Até propagandas junto aos consumidores finais em alguns países foram feitas contra produtos provenientes do Brasil, mas que nem sequer passavam pela Amazônia. Muitos financiamentos vitais para nosso país foram cancelados.

O mundo usou estes dois terços do nosso território para conscientizar os seres humanos das questões ambientais. Tanto que o primeiro grande encontro mundial sobre este importante tema para o nosso planeta e todos os seres que nele habitam, que foi a ECO-92, se realizou no Rio de Janeiro.

Felizmente se alcançou o resultado almejado. O mundo passou a ter uma melhor visão das questões ecológicas. Entretanto, passou a ter uma ótica distorcida da Amazônia e, mais uma vez, uma visão negativa da capacidade e responsabilidade do povo brasileiro.

Esta imagem não condiz com a realidade, pois raros países do

mundo conseguiram preservar praticamente intocados dois terços de um território, ainda mais quando estamos falando em cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados. Menos ainda faz justiça a quem soube, nessa selva de propostas e discursos teóricos na questão ambiental, oferecer uma alternativa

energética renovável e não-poluente, como é o álcool combustível.

O preço que os brasileiros pagaram foi muito elevado, e até hoje não tivemos nenhum retorno por termos prestado tal serviço ao mundo.

Ao contrário. De um momento para o outro, os nossos irmãos que viveram na Amazônia viraram párias. Os heróis pioneiros das novas fronteiras viraram bandidos. O social e o capital naquela região deixaram de ser respeitados. Muitas empresas foram obrigadas a fechar as portas, criando maior desemprego, e o capital nelas investido acabou perdido. Cansamos de lutar para que, se houvesse alguma atividade não adequada a algumas regiões, soubéssemos fazer uma transição ou, ao menos, realocar a mão-de-obra envolvida em atividades dignas e duradouras, e que o capital fosse preservado para poder continuar a investir em atividades não-danosas ao meio ambiente, porém continuando a ter o seu importante papel gerador de empregos, impostos e riquezas.

Temos sempre pugnado para que o fato econômico, nas classes trabalhadoras, empregados e empresários, estejam envolvidos nas discussões de desenvolvimento. Muito mais quando se trata de minimizar desequilíbrios regionais, como temos principalmente no Norte e Nordeste do País.

Mais ainda quando se discute a ecologia, pois se o fato econômico for orientado de forma correta, ele dará uma resposta adequada aos anseios da sociedade. Se deixarmos sem rumo, sem orientação, na base do sistema de "tentativas e erros", acabamos fazendo um desenvolvimento desordenado, com muito mais espaço para os aventureiros, como ocorre com a nossa Amazô-

nia. Cabe dizer que em boa hora o presidente Fernando Henrique Cardoso criou um conselho para discutir a Amazônia, o Conamaz. Entretanto, não convidou ninguém das classes produtoras para integrá-lo. Está em tempo de ser corrigida essa falha.

Foi por isso tudo que já em 1987 retomamos as propostas de zoneamento da nossa associação e sugerimos que as realizássemos por etapas e levamos, aos que elaboraram o Programa Nossa Natureza, a nossa idéia, que ainda achamos a mais viável no momento, que é de estabelecermos um primeiro zoneamento, socioeconômico-ecológico, contemplando os pólos que já desenvolvemos na Amazônia Legal, e que, segundo os estudiosos e as imagens dos satélites, devem representar cerca de 10% daquele território. Para citar alguns deles, o Grande Carajás, Sul do Pará, Belém, no Mato Grosso, Cuiabá, Alta Floresta, Sinop, Rondonópolis, os Parecis, o Vale do Guaporé, Zona Franca de Manaus, naturalmente as capitais dos Estados Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, etc.

Defendemos não abrir novas regiões, e sim consolidar as existentes que deram certo e buscar novas alternativas para as que não deram. Isso gera um grande número de oportunidades, inclusive para trazer recursos do Exterior. Nas áreas já ocupadas em infra-estrutura, transporte, energia, saneamento, etc., bem como em ecoturismo, agroindústria, mineração, agropecuária, agriculturas perenes, manejo florestal, os distritos industriais, etc. Nas áreas ainda desocupadas, os estudos da tão falada biodiversidade, a preservação da flora e da fauna, melhor conhecimento dos recursos hídricos, para citar alguns dos aspectos principais. Este seria o verdadeiro apoio, principalmente, dos estrangeiros, estabelecendo melhores parcerias com os centros de pesquisas, as universidades e a iniciativa privada.

No nosso entender, o interesse internacional deveria estar mais voltado para nos ajudar a conhe-

cermos melhor a Amazônia, a buscar a sua preservação deste conceito já consagrado de desenvolvimento auto-intentado. Melhor contribuir com recursos, inclusive para o zoneamento econômico-ecológico, do que vermos o G-7 ajudando na demarcação de terras indígenas e com isso nos deixando esta sensação de interferência em assuntos internos. De qualquer forma, o que é vital por tudo isto é que tenhamos um zoneamento já, ainda que provisório. Com isso poderemos ter regras mais claras para nossa Amazônia Legal e planejar a sua ocupação, evitando repetir no futuro os erros do passado.

Defenderemos onde podemos trabalhar e desenvolver. Eliminar a burocracia existente. Uma quantidade infindável de certidões para poder investir. É Incrá, Ibama, Funai, SAE, Sucam, etc. Simplificar é a palavra de ordem. Com isso vamos eliminar conflitos de terras, mortes, tentações para quem queira vender facilidades. Teremos menos envolvimento na máquina estatal. Menos processos na Justiça. Mais tempo para os órgãos de desenvolvimento regional planejarem a melhor forma de ocupação das regiões e como minimizar os desequilíbrios regionais. Estabelecer, urgentemente um zoneamento socioeconômico-ecológico para nossa Amazônia Legal, com regras dinâmicas e claras a partir das áreas que já ocupamos.

### É vital que tenhamos um zoneamento já, ainda que provisório

Não permitamos que esta parcela tão importante do território nacional fique à mercê da droga, dos aventureiros e da coíba internacional como vem acontecendo ultimamente.

O próprio nome Amazônia encerra amor e zoneamento. Deixemos de lado este inútil amor platônico por ela e coloquemos as nossas capacidades, começando pelo seu zoneamento para sua própria preservação, para maior tranquilidade do Brasil e para o bem da humanidade.

■ Roberto Paranhos do Rio Branco é presidente da Associação dos Empresários da Amazônia